

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 595.026 - MS  
(2014/0257960-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : GERALDO MAGELA**  
**ADVOGADO : RENATA GONÇALVES PIMENTEL - MS011980**  
**AGRAVADO : BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A - EM LIQUIDACAO**  
**EXTRAJUDICIAL - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -**  
**SP128341**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, assim fundamentada:

Mediante análise dos autos, verifica-se que o recurso especial não foi instruído com as guias de preparo os respectivos comprovantes de pagamento no momento de sua interposição.

Ressalte-se que a mera alegação de que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na petição recursal, não é suficiente para o afastamento da deserção. Nesse sentido: EDcl no Ag nº 1.222.674/DF, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 11/5/2010.

Mesmo que se considere que a parte seja beneficiária da justiça gratuita, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que *"na hipótese de o recorrente ser beneficiário da justiça gratuita, deve haver a renovação do pedido quando do manejo do recurso, uma vez que o deferimento anterior da benesse não alcança automaticamente as interposições posteriores"* (EDcl no AgRg nos EAREsp 221.303/RS, Corte Especial, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe de 27/3/2014).

Nesse sentido, ainda: AgRg nos EDcl no AREsp 497.645/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 15/08/2014; e EDcl no AREsp 399.852/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 7/2/2014.

No caso, a parte não efetuou o pedido de extensão da benesse para esta instância recursal, na petição do recurso especial, conforme entendimento acima citado, não se verificando, portanto, o atendimento da exigência contida no art. 511, *caput*, do CPC, que assim dispõe: *"No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo*

*preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção".*

Ante o exposto, com fulcro no art. 1º da Resolução STJ n.º 17/2013, nego seguimento ao recurso.

A parte agravante informa que houve deferimento do pedido de justiça gratuita em primeira instância.

De acordo com a jurisprudência do STJ, não há necessidade de renovação do pedido de concessão de justiça gratuita, quando já deferido o benefício nas instâncias ordinárias. Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESERÇÃO AFASTADA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. EARESP N. 86.915/SP. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PARADIGMA DA MESMA TURMA. INADMISSÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MATÉRIA PACIFICADA NA SEGUNDA SEÇÃO. SÚMULA 168/STJ

1. Afasta-se a deserção ante a alteração jurisprudencial (Corte Especial, EAREsp n. 86.915/SP) de não mais se exigir a formulação, de forma apartada, do pedido de renovação do benefício da gratuidade de justiça no STJ, se referido pleito já houver sido deferido pelas instâncias ordinárias.

(...)

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl nos EAREsp 115.248/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 26/02/2016)

Diante disso, necessário reconsiderar a decisão da Presidência do STJ, afastando-se a deserção.

Promovo, assim, novo exame do agravo em recurso especial, o qual foi interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS, LIMITADOS À TAXA MÉDIA DE MERCADO PUBLICADA PELO BANCO CENTRAL

DO BRASIL - AUTORIZADA A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - EXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL - PERMISSÃO DE COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DESDE QUE NÃO CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS E LIMITADA À SOMA DOS ENCARGOS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS - AUSÊNCIA DE DEPÓSITO - PEDIDO CORRETAMENTE JULGADO IMPROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO.

1 - Mesmo que reconhecida a possibilidade de revisão contratual, a limitação dos juros remuneratórios somente é possível se restar comprovado que a taxa contratada destoa da taxa média de mercado (STJ, REsp n. 1.061.530 - RS). Não se aplica o Decreto n. 22.626/33, bem como os artigos 591 e 406 do CC/2002 às ações revisionais de juros.

2 - A capitalização mensal de juros é admitida pela Medida Provisória n. 1963-17 de 30.03.2000 (atualmente MP 2170-36/2001), nos contratos celebrados após a sua vigência, desde que expressamente pactuada, conforme precedente do STJ.

3 - O Superior Tribunal de Justiça pacificou ser possível a cobrança da comissão de permanência de forma isolada e limitada à soma dos encargos remuneratórios e moratórios, ou seja: a) juros remuneratórios; b) juros moratórios até o limite de 12% (doze por cento) ao ano; e, c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do artigo 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.

4 - Demonstrado que a parte autora não efetuou nenhum depósito em juízo, sequer do valor que entende devido, mantém-se a sentença que julgou improcedente o pedido formulado na ação de consignação em pagamento.

No recurso especial, a parte agravante alega violação do artigo 1.062 do Código Civil de 1916; dos artigos 890 e 896 do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 6º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; e do artigo 4º do Decreto 22.626/1933. Pretende a limitação da taxa de juros remuneratórios e o deferimento do pedido de consignação dos valores incontroversos. Sustenta a ilegalidade da comissão de permanência e da capitalização mensal de juros.

Observe que o agravo em recurso especial não atacou especificamente todos os fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso especial, tendo sido

olvidada a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Segundo decidiu a Vice-Presidência do Tribunal recorrido, "o reconhecimento pelas instâncias ordinárias da adequada pactuação da capitalização mensal de juros, como razão de impossibilidade da respectiva mudança, inviabiliza o reexame pela via especial, sob pena de afrontar o disposto nos Enunciados 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça".

Constitui ônus da parte evidenciar o desacerto da decisão combatida, desconstituindo analiticamente seus fundamentos. É imprescindível a impugnação específica dos motivos determinantes da decisão questionada, expondo-se de forma articulada e argumentativa as razões que justificariam a prolação de decisão em sentido diverso.

A ausência de impugnação específica à fundamentação da decisão agravada conduz à preclusão do debate em torno do tema.

Segundo o artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, está o relator autorizado a não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

A jurisprudência do STJ orienta que não merece conhecimento o agravo em recurso especial que não se desincumbe da exigência legal de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

A Corte Especial do STJ já decidiu que o recorrente deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do agravo por aplicação da Súmula 182/STJ. Para a Corte, tanto no CPC de 1973 quanto no de 2015 há regra que remete às disposições mais recentes do Regimento Interno do STJ, no sentido da obrigatoriedade da impugnação a todos os fundamentos da decisão que não admite recurso especial. Não há possibilidade de impugnação parcial da decisão que deixa de admitir recurso especial, já que tal decisão é incindível e deve ser impugnada em sua integralidade. A não obediência a essa regra implicaria o exame indevido de questões (já atingidas pela preclusão consumativa, decorrente da inércia da parte agravante em insurgir-se no momento oportuno), pois o conhecimento do agravo obriga o STJ a conhecer de todos os fundamentos do recurso especial. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

A repetição de teses ou argumentos expendidos em sede de recurso especial não cumpre o requisito previsto no artigo 932, inciso III, do CPC de 2015. Tampouco configura atendimento à referida exigência legal a afirmação genérica (abstrata, desconectada, desvinculada do caso concreto) de que o recurso especial foi interposto com observância de seus requisitos.

Em face do exposto, reconsidero a decisão agravada e, por outros fundamentos, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

